

SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA

INTRODUÇÃO

As equipes multidisciplinares de saúde dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – Dsei, vêm desenvolvendo as ações de rotina na atenção básica, em níveis diferenciados de atendimento, que variam de acordo com a organização de serviço de cada Dsei, em função de fatores que vão desde condições de acesso às aldeias até a estruturação da rede física de saúde, com a disponibilização de materiais e insumos para a execução das ações, o exercício do controle social pelas comunidades, o tempo de permanência das equipes em área e a sazonalidade regional.

Nesse contexto, as prioridades das ações de atenção à saúde da mulher vêm sendo focadas no controle do pré-natal, parto e puerpério; prevenção do câncer de colo de útero e de mama; prevenção das DST/HIV/Aids; atenção em planejamento reprodutivo e valorização das práticas tradicionais, fortalecendo a parceria com as parteiras indígenas na atenção à mulher durante a gestação, parto e puerpério.

Em relação à criança, as prioridades estão pautadas no acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de crianças menores de cinco anos, no incentivo ao aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida, na imunização e no controle das doenças de maior prevalência na infância, como as diarreias e as doenças respiratórias agudas, computadas como principais causas de mortalidade infantil.

AVANÇOS

Alguns importantes avanços podem ser verificados ao longo dos últimos anos, em relação à saúde da criança, demonstrando a importância da continuidade da execução de ações relevantes para a melhoria do indicador de mortalidade infantil, que nos últimos oito anos apresentou uma redução de 37,24%. Dentre eles, destacam-se as seguintes ações:

- Imunização com cobertura vacinal crescente, em menores de um ano;
- Intensificação das capacitações dos profissionais de saúde na estratégia de Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância – AIDPI, e nas ações de atenção integral à saúde da mulher.
- Participação de profissionais do Desai na Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal;
- Implementação das Comissões Distritais e Nacional de Investigação e Prevenção de Óbitos Infantis e Fetais Indígenas, mediante Portaria nº. 883, de 08.08.08;
- Maior integração com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição;
- Elaboração do Protocolo de Atenção à Saúde da Criança Indígena, baseado no princípio de linhas de cuidado;

PERSPECTIVAS

- Aperfeiçoar o sistema de avaliação e monitoramento das ações em saúde indígena, considerando outros indicadores como: proporção de

menores de cinco anos de idade na população e esperança de vida ao nascer;

- Estimular a criação de salas de situação no Dsei e pólos-base com o mapeamento e registro das aldeias ou populações com maior risco de adoecer e morrer;
- Adotar o uso de protocolos e rotinas de trabalho em atenção integral à saúde, baseados em linhas de cuidado e ciclos de vida;
- Retomar a capacitação dos Agentes Indígenas de Saúde;
- Integrar as ações de Investigação e Prevenção do Óbito Infantil com ações de Investigação e Prevenção do Óbito Materno;
- Priorizar o aleitamento materno exclusivo até os 6 primeiros meses de vida, dentre as principais ações de educação, promoção e prevenção da saúde;
- Reforçar as parcerias entre a FUNASA e outras instituições (SVS/MS, Forças Armadas, SES, SMS, Universidades) para garantir a melhoria na qualidade do atendimento às populações indígenas.